



40 ANOS

PGE · SC

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 157 - AGOSTO DE 2022

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis Ordinárias.....	2
Decretos.....	4

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Leis Ordinárias.....	6
Decretos.....	8

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Portarias.....	10
Pareceres.....	11

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Alisson de Bom de Souza
PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA
ASSUNTOS JURÍDICOS
Sérgio Laguna Pereira

GOVERNO DE
SANTA CATARINA

LEI Nº 18.428**7 DE JULHO DE 2022**Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.429****7 DE JULHO DE 2022**Autoriza a cessão de uso compartilhado de imóvel no Município de Turvo. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.430****7 DE JULHO DE 2022**Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Itajaí. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.431****7 DE JULHO DE 2022**Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Gaspar. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.432****7 DE JULHO DE 2022**Autoriza a doação de imóvel no Município de Santa Rosa do Sul. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.433****7 DE JULHO DE 2022**Autoriza a doação de imóvel no Município de Gaspar. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.434****7 DE JULHO DE 2022**Autoriza a doação de imóvel no Município de Maracajá. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.435****7 DE JULHO DE 2022**Autoriza a doação de imóvel no Município de Imbituba. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.436****7 DE JULHO DE 2022**Altera os arts. 3º e 7º da Lei nº 15.523, de 2011, que autoriza a doação de imóvel no Município de São Bento do Sul. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.437****7 DE JULHO DE 2022**Autoriza a doação de imóveis no Município de Joinville. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.438****7 DE JULHO DE 2022**Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Araranguá. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.439****7 DE JULHO DE 2022**Autoriza a doação de imóveis no Município de Canoinhas. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.440****7 DE JULHO DE 2022**Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Imbituba. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.441****7 DE JULHO DE 2022**Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Blumenau. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.442****7 DE JULHO DE 2022**Institui o Programa de Estímulo à Implantação das Tecnologias de Conectividade Móvel no Estado de Santa Catarina para viabilizar a chegada da tecnologia de quinta geração (5G). ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.443****7 DE JULHO DE 2022**Institui a Rota Cênica Caminhos de Santa Bárbara. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.444****8 DE JULHO DE 2022**Autoriza a doação de imóvel no Município de Itajaí. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.445****8 DE JULHO DE 2022**Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Garuva. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.446****8 DE JULHO DE 2022**Altera os arts. 4º e 8º da Lei nº 15.560, de 2011, que autoriza a doação de imóvel no Município de Bom Jesus. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.447****8 DE JULHO DE 2022**Autoriza a doação de imóvel no Município de Barra Velha. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.448****8 DE JULHO DE 2022**Autoriza a doação de imóvel no Município de Joinville. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.449****8 DE JULHO DE 2022**Autoriza a doação de imóvel no Município de Tunápolis e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.450****8 DE JULHO DE 2022**Autoriza a doação de imóvel no Município de Rio do Oeste. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.451****8 DE JULHO DE 2022**Autoriza a doação de imóvel no Município de Porto União. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.452****8 DE JULHO DE 2022**Altera os arts. 2º, 3º e 7º da Lei nº 15.593, de 2011, que autoriza a doação de imóvel no Município de Araranguá. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.453****8 DE JULHO DE 2022**Altera o art. 3º da Lei nº 17.288, de 2017, que autoriza a doação de imóvel no Município de Corupá. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.454****8 DE JULHO DE 2022**Altera os arts. 1º, 3º e 7º da Lei nº 16.222, de 2013, que autoriza a doação de imóvel no Município de Timbó. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.455****8 DE JULHO DE 2022**Altera os arts. 1º, 3º e 7º da Lei nº 16.789, de 2015, que autoriza a doação de imóvel no Município de São Martinho. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.456****8 DE JULHO DE 2022**Altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 10.248, de 1996, que dispõe sobre a doação de imóveis do Estado ao Município de Pomerode, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.457****8 DE JULHO DE 2022**Altera os arts. 4º e 8º da Lei nº 16.148, de 2013, que autoriza a doação de imóveis a Municípios e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.458****8 DE JULHO DE 2022**Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Araranguá. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.459****12 DE JULHO DE 2022**Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Criciúma. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.460****12 DE JULHO DE 2022**Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Içara. ([Inteiro teor](#))**LEI Nº 18.461****12 DE JULHO DE 2022**

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município

de Tubarão. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.462
12 DE JULHO DE 2022

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de São José e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.463
12 DE JULHO DE 2022

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Agrolândia. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.464
12 DE JULHO DE 2022

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de São Miguel do Oeste. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.465
12 DE JULHO DE 2022

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Itajaí. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.466
12 DE JULHO DE 2022

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Jaraguá do Sul. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.467
12 DE JULHO DE 2022

Autoriza a doação de imóvel no Município de Major Gercino. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.468
12 DE JULHO DE 2022

Autoriza a doação de imóvel no Município de Campo Erê. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.469
15 DE JULHO DE 2022

Autoriza a cessão de uso compartilhado de imóvel no Município de Aurora. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.470
15 DE JULHO DE 2022

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Mafra. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.471
15 DE JULHO DE 2022

Altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 17.376, de 2017, que autoriza a doação de imóvel no Município de São José. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.472
15 DE JULHO DE 2022

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no

âmbito do Estado de Santa Catarina”, para o fim de declarar de utilidade pública estadual a Associação Projeto a Semente, de Jaraguá do Sul. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.473
15 DE JULHO DE 2022

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para o fim de declarar de utilidade pública estadual a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Jaborá (RFCC). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.474
15 DE JULHO DE 2022

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina, para alterar a denominação da Associação Comunitária Cristã para Associação Comunitária Cristã São Paulo Apóstolo Lar dos Idosos. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.475
15 DE JULHO DE 2022

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação da Associação Colégio São Paulo, para Colégio São Paulo. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.476
15 DE JULHO DE 2022

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação da Obra Kolping de Rio do Sul, para Obra Kolping Estadual de Santa Catarina (OKE/SC). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.477
15 DE JULHO DE 2022

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação da Associação Coral São José de Botuverá - Coral Giuseppe Verdi para Associação Italiana Coral São José de Botuverá. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.478
19 DE JULHO DE 2022

Altera o Anexo Único da Lei nº 16.722, de 2015, que “Consolida as Leis que conferem denomina-

ção adjetiva aos Municípios catarinenses”, para conferir ao Município de Cerro Negro a designação de Capital Catarinense do Laço de Couro Cru. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.479
19 DE JULHO DE 2022

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina, para alterar a denominação do Instituto de Reabilitação do Potencial Humano para Instituto Dona Anna de Reabilitação do Potencial Humano (IRPH). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.480
26 DE JULHO DE 2022

Institui a Rota Turística Religiosa Caminho do Louvor, no Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 18.481
26 DE JULHO DE 2022

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para o fim de declarar de utilidade pública estadual a Associação Amor e Graça, de Sombrio. ([Inteiro teor](#))

DECRETOS

DECRETO Nº 2.031**29 DE JUNHO DE 2022**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.032**29 DE JUNHO DE 2022**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.033**29 DE JUNHO DE 2022**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.034**29 DE JUNHO DE 2022**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.035**29 DE JUNHO DE 2022**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.036**29 DE JUNHO DE 2022**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.037**29 DE JUNHO DE 2022**

Institui a Política Estadual de Educação para o Envelhecimento e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.038**29 DE JUNHO DE 2022**

Altera os arts. 4º e 5º do Decreto nº 1.615, de 2021, que flexibiliza o prazo de entrega dos documentos e/ou certidões previstos nos arts. 9º, 10, 11 e 24 do Decreto nº 127, de 2011, a fim de agilizar a celebração de convênios que objetivem aumentar a oferta de procedimentos cirúrgicos eletivos, e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.039**29 DE JUNHO DE 2022**

Altera o art. 4º do Decreto nº 1.807, de 2022, que regulamenta a Lei nº 17.891, de 2020, que dispõe sobre o pagamento, por meio de cartão de débito e de crédito, dos débitos decorrentes do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), das multas e demais débitos relativos ao veículo no âmbito do Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.040**29 DE JUNHO DE 2022**

Introduz as Alterações 4.517 a 4.528 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.041**29 DE JUNHO DE 2022**

Altera o Decreto nº 1.537, de 2013, que dispõe sobre o programa Pacto por Santa Catarina (PACTO) e estabelece outras providências, e o Decreto nº 632, de 2020, que regulamenta o Escritório de Gestão de Projetos (EPROJ) da Administração Pública Estadual do Poder Executivo e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.042**29 DE JUNHO DE 2022**

Regulamenta, nos termos do inciso I do caput do art. 6º da Lei Complementar nº 442, de 2009, a promoção por merecimento na carreira de Auditor Fiscal da Receita Estadual. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.043**29 DE JUNHO DE 2022**

Regulamenta as atividades e os serviços disponíveis no Terminal Rodoviário Rita Maria. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.044**30 DE JUNHO DE 2022**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.045**30 DE JUNHO DE 2022**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.046**30 DE JUNHO DE 2022**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.047**30 DE JUNHO DE 2022**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.048**30 DE JUNHO DE 2022**

Altera o artigo 2º do Decreto nº 650, de 2020, que dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.049**30 DE JUNHO DE 2022**

Regulamenta a Comissão Especial de Licitação de que trata o art. 7º-A do Decreto nº 468, de 2020, e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.050**30 DE JUNHO DE 2022**

Regulamenta as Comissões Especiais de Fomento à Cultura e de Difusão Histórico-Cultural no âmbito da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.052**4 DE JULHO DE 2022**

Homologa a Resolução nº 3, de 2021, da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC). [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.053**4 DE JULHO DE 2022**

Autoriza o Poder Executivo a aceitar a doação, com encargo, de imóvel no Município de São Miguel do Oeste. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.054**4 DE JULHO DE 2022**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.055**4 DE JULHO DE 2022**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.056**4 DE JULHO DE 2022**

Introduz a Alteração 4.538 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.057**6 DE JULHO DE 2022**

Autoriza o Poder Executivo a aceitar a doação, com encargo, de imóvel no Município de Camboriú. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.058**6 DE JULHO DE 2022**

Institui a Comissão Especial de Transferências Voluntárias de Recursos no âmbito do Poder Executivo Estadual. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETOS**DECRETO Nº 2.059****6 DE JULHO DE 2022**

Introduz a Alteração 4.539 no RICMS/SC-01. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.060**6 DE JULHO DE 2022**

Introduz as Alterações 4.529 a 4.532 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.065**7 DE JULHO DE 2022**

Declara de utilidade pública, para fins de aquisição, por doação ou desapropriação, total ou parcial, amigável ou judicial, os bens imóveis atingidos pelo acréscimo da faixa de domínio constantes das áreas que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.066**7 DE JULHO DE 2022**

Introduz a Alteração 4.537 no RICMS/SC-01. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.069**11 DE JULHO DE 2022**

Altera o Anexo Único do Decreto nº 2.143, de 2014, que aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.070**11 DE JULHO DE 2022**

Dispõe sobre a homologação de pareceres do Conselho Estadual de Educação (CEE). [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.071**11 DE JULHO DE 2022**

Altera o Anexo Único do Decreto nº 1.682, de 2022, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.072**11 DE JULHO DE 2022**

Introduz a Alteração 33 no RITCMD/SC-04. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.073**13 DE JULHO DE 2022**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.074**13 DE JULHO DE 2022**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.075**13 DE JULHO DE 2022**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.076**13 DE JULHO DE 2022**

Determina a incorporação imediata dos recursos do superavit financeiro referentes ao exercício de 2021. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.077**14 DE JULHO DE 2022**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.078**19 DE JULHO DE 2022**

Altera o Anexo Único do Decreto nº 1.682, de 2022, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.082**21 DE JULHO DE 2022**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.083**21 DE JULHO DE 2022**

Introduz a Alteração 4.544 no RICMS/SC-01. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.084**21 DE JULHO DE 2022**

Introduz as Alterações 4.534 e 4.535 no RICMS/SC-01. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.087**22 DE JULHO DE 2022**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.088**22 DE JULHO DE 2022**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.089**22 DE JULHO DE 2022**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.090**22 DE JULHO DE 2022**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.092**27 DE JULHO DE 2022**

Decreta Luto Oficial. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.093**28 DE JULHO DE 2022**

Altera o art. 2º do Decreto nº 1.937, de 2022, que introduz a Alteração 4.498 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.094**28 DE JULHO DE 2022**

Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado da Fazenda [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.095**29 DE JULHO DE 2022**

Altera o art. 1º do Decreto nº 1.513, de 2021, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, amigável ou judicial, bens imóveis no Município de Taió. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 2.096**29 DE JULHO DE 2022**

Altera o art. 2º do Decreto nº 1.806, de 2022, que introduz a Alteração 4.460 no RICMS/SC-01, e o art. 3º do Decreto nº 1.872, de 2022, que introduz a Alteração 4.494 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.390

4 DE JULHO DE 2022

Altera a Lei nº 14.046, de 24 de agosto de 2020, para dispor sobre medidas emergenciais para atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da covid-19 nos setores de turismo e de cultura; revoga dispositivos da Lei nº 14.186, de 15 de julho de 2021; e dá outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.391

4 DE JULHO DE 2022

Altera a Lei nº 9.875, de 25 de novembro de 1999, para denominar “Rodovia Ulysses Guimarães – Travessia Urbana Renato Nunes de Oliveira” o trecho da rodovia BR-282 entre o km 214,34 e o km 222,06, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.392

4 DE JULHO DE 2022

Reconhece a Marcha de Resistência do Cavalo Crioulo do Rio Grande do Sul como manifestação da cultura nacional. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.393

4 DE JULHO DE 2022

Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, para instituir a Campanha Junho Verde. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.394

4 DE JULHO DE 2022

Reconhece a competição Freio de Ouro como manifestação da cultura nacional. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.395

8 DE JULHO DE 2022

Altera a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, para conceituar o termo “praça” para os fins que especifica. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.396

8 DE JULHO DE 2022

Denomina Rodovia Presidente João Goulart o trecho da rodovia BR-153 compreendido entre o Município de Cachoeira do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, e o Município de Marabá, no Estado do Pará. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.397

8 DE JULHO DE 2022

Anistia infrações e anula multas por atraso na entrega da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP). [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.398

8 DE JULHO DE 2022

Institui o documento de identidade de notários e registradores e de escreventes de serventias extrajudiciais. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.399

8 DE JULHO DE 2022

Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.400

8 DE JULHO DE 2022

Altera a Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, para prorrogar a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e garantir os repasses dos valores financeiros contratualizados em sua integralidade. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.401

8 DE JULHO DE 2022

Inscreve o nome de Nise Magalhães da Silveira no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.402

8 DE JULHO DE 2022

Institui o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.403

11 DE JULHO DE 2022

Denomina “Travessia Paixão Côrtes” a segunda ponte sobre o rio Guaíba na BR-290, no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.404

11 DE JULHO DE 2022

Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Fissura Labiopalatina. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.405

12 DE JULHO DE 2022

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para tornar exigível, em condomínios edilícios, a aprovação de 2/3 (dois terços) dos votos dos condôminos para a mudança da destinação do edifício ou da unidade imobiliária. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.406

12 DE JULHO DE 2022

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nati-

va, e o Decreto-Lei nº 917, de 8 de outubro de 1969, que dispõe sobre o emprego da aviação agrícola no País, para incluir o uso da aviação agrícola nas diretrizes e políticas governamentais de combate a incêndios florestais. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.407

12 DE JULHO DE 2022

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer o compromisso da educação básica com a formação do leitor e o estímulo à leitura. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.408

12 DE JULHO DE 2022

Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações), para dispor sobre a transferência, a comercialização e a cessão do tempo de programação para a produção independente. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.409

15 DE JULHO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 23.912.137.414,00, para o fim que especifica. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.410

15 DE JULHO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Poderes Legislativo e Judiciário, da Defensoria Pública da União e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 202.540.096,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.411

15 DE JULHO DE 2022

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Previdência, crédito especial no valor de R\$ 312.721.134,00, para o fim que especifica. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.412

15 DE JULHO DE 2022

Altera a Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.413

15 DE JULHO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 1.200.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamen-

tária vigente. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.414
18 DE JULHO DE 2022

Confere ao Município de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro, o título de Capital Nacional do Lúpulo. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.415
18 DE JULHO DE 2022

Institui o Dia Nacional do Laringectomizado, a ser celebrado, anualmente, no dia 11 de agosto. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.416
19 DE JULHO DE 2022

Altera a Lei nº 9.875, de 25 de novembro de 1999, para denominar “Rodovia Ulysses Guimarães – Trecho José Paschoal Baggio” o trecho da rodovia BR-282 que especifica. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.417
20 DE JULHO DE 2022

Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para permitir a execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) às instituições públicas prestadoras oficiais dos serviços de assistência técnica e extensão rural. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.418
20 DE JULHO DE 2022

Declara Maria Lenk Patrona da Natação Brasileira. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.419
20 DE JULHO DE 2022

Institui o Dia Nacional do Cristão. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.420
20 DE JULHO DE 2022

Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.421
20 DE JULHO DE 2022

Altera as Leis nºs 492, de 30 de agosto de 1937, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.929, de 22 de agosto de 1994, 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e 13.986, de 7 de abril de 2020, e os Decretos-Lei nºs 3.365, de 21 de junho de 1941, e 167, de 14 de fevereiro de 1967. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.422
22 DE JULHO DE 2022

Institui o Dia Nacional do Endocrinologista. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.423
22 DE JULHO DE 2022

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.424
27 DE JULHO DE 2022

Altera a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para autorizar a instalação de infraestrutura de telecomunicações, nos termos do requerimento de instalação, em caso de não manifestação do órgão competente no prazo legalmente estabelecido. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.425
27 DE JULHO DE 2022

Confere ao Município de Esteio, no Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional da Solidariedade. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.426
28 DE JULHO DE 2022

Denomina Desembargador Federal Leomar Amorim o trecho da rodovia BR-222 entre o cruzamento com a rodovia BR-135 e o Município de Chapadinha, no Estado do Maranhão. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.427
28 DE JULHO DE 2022

Denomina Estrada Prefeito Horácio Amaral o trecho da rodovia BR-158 situado entre os Municípios de Campo Mourão e Roncador, no Estado do Paraná. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.428
28 DE JULHO DE 2022

Denomina “Viaduto Ademir Barros” o novo viaduto localizado no km 102 da rodovia BR-040, na entrada do Distrito de Xerém, Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 11.117
1º DE JULHO DE 2022

Altera o Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.118
1º DE JULHO DE 2022

Altera o Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020, para dispor sobre as competências da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo, e o Decreto nº 10.548, de 20 de novembro de 2020, para prorrogar o remanejamento temporário de Cargos Comissionados Executivos - CCE para o Ministério do Turismo. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.119
1º DE JULHO DE 2022

Altera o Decreto nº 9.938, de 24 de julho de 2019, que institui a Comissão Técnica do Inventário Nacional da Diversidade Linguística. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.120
5 DE JULHO DE 2022

Permite as operações de comércio exterior de minerais e minérios de lítio e de seus derivados. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.121
6 DE JULHO DE 2022

Estabelece a obrigatoriedade de divulgação transparente dos preços dos combustíveis automotivos praticados em 22 de junho de 2022. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.122
6 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a qualificação de empreendimento público federal do setor rodoviário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.123
7 DE JULHO DE 2022

Delega competência para a prática de atos administrativo-disciplinares. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.124
7 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre o Conselho do Programa de Transição Energética Justa e o Plano de Transição Justa. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.125
8 DE JULHO DE 2022

Declara luto oficial pelo falecimento do ex-Pri-

meiro-Ministro do Japão Shinzo Abe. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.126
8 DE JULHO DE 2022

Altera o Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Saúde e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.127
8 DE JULHO DE 2022

Altera o Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020, que regulamenta o § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e o art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.128
8 DE JULHO DE 2022

Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Moldova sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns, firmado em Chisinau, em 9 de dezembro de 2013. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.129
11 DE JULHO DE 2022

Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.130
11 DE JULHO DE 2022

Altera o Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007, que regulamenta a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.131
12 DE JULHO DE 2022

Altera o Decreto nº 11.103, de 24 de junho de 2022, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.132
14 DE JULHO DE 2022

Altera o Decreto nº 10.681, de 20 de abril de 2021, e o Decreto nº 10.819, de 27 de setembro de 2021. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.133
14 DE JULHO DE 2022

Altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, para dispor sobre a competência de classificação de informação no âmbito do Banco Central do Brasil, e qualifica o Banco Central do Brasil para fins do disposto no Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.134
15 DE JULHO DE 2022

Declara luto oficial pelo falecimento de Dom Luiz Gastão Maria José Pio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Orleans e Bragança, Chefe da Casa Imperial do Brasil. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.135
15 DE JULHO DE 2022

Transforma a 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea em Comando de Defesa Antiaérea do Exército. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.136
15 DE JULHO DE 2022

Altera o Decreto nº 9.927, de 22 de julho de 2019, para dispor sobre a composição do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.137
18 DE JULHO DE 2022

Altera o Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, para tornar dispensável aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica o cumprimento da regulamentação do inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.138
20 DE JULHO DE 2022

Promulga o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia, firmado em Brasília, em 26 de abril de 2010. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.139
21 DE JULHO DE 2022

Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.140
21 DE JULHO DE 2022

Promulga o Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia, firmado em Brasília, em 26 de abril de 2010. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.141**21 DE JULHO DE 2022**

Altera o Decreto nº 9.888, de 27 de junho de 2019, para dispor sobre o prazo para comprovação do atendimento à meta anual individual de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis, de que trata o § 2º do art. 7º da Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.142**21 DE JULHO DE 2022**

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear - ANSN. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.143**21 DE JULHO DE 2022**

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.144**21 DE JULHO DE 2022**

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria-Geral da Presidência da República e remaneja e transforma cargos em comissão, funções de confiança e gratificações. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.145**21 DE JULHO DE 2022**

Fixa, para o Exército, os quantitativos de vagas para promoções obrigatórias de Oficiais das Armas, dos Quadros e dos Serviços do Exército, no ano-base de 2022. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.146**22 DE JULHO DE 2022**

Convoca a 4ª Conferência Nacional de Educação, edição 2022. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.147**26 DE JULHO DE 2022**

Altera o Decreto nº 9.915, de 16 de julho de 2019, que dispõe sobre a qualificação da Usina Termonuclear Angra 3 no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.148**26 DE JULHO DE 2022**

Altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro

de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.149**26 DE JULHO DE 2022**

Altera o Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, que regulamenta a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.150**26 DE JULHO DE 2022**

Regulamenta a preservação e o não comprometimento do mínimo existencial para fins de prevenção, tratamento e conciliação de situações de superendividamento em dívidas de consumo, nos termos do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.151**27 DE JULHO DE 2022**

Dispõe sobre a qualificação de projetos e empreendimentos do setor de energia elétrica no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.152**27 DE JULHO DE 2022**

Dispõe sobre a qualificação da Autoridade Portuária de Santos S.A. e dos serviços públicos portuários a ela relacionados no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.153**28 DE JULHO DE 2022**

Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.155**29 DE JULHO DE 2022**

Delega competência para a prática de atos administrativos-disciplinares no âmbito da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.156**29 DE JULHO DE 2022**

Promulga o Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, firmado em Luanda, em 17 de julho de 2021. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.157**29 DE JULHO DE 2022**

Altera o Decreto nº 9.870, de 27 de junho de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, e remaneja cargo em comissão. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 11.158**29 DE JULHO DE 2022**

Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI. ([Inteiro teor](#))

PORTARIAS

PORTARIA GAB/PGE Nº 96/2022

01.07.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, incisos II e III, combinado com o disposto no art. 23, § 2º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE: Art. 1º Fica prorrogada, até 31 de dezembro de 2023, a designação do Procurador do Estado Fernando Alves Filgueiras da Silva para o exercício de suas atribuições funcionais de representação judicial e consultoria jurídica do Estado junto à Procuradoria Especial em Brasília.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALISSON DE BOM DE SOUZA

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 97/2022

04.07.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, incisos II e III, combinado com o disposto no art. 23, § 2º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE: Art. 1º Cessar, a contar de 01/07/2022, a designação do Procurador do Estado Weber Luiz de Oliveira, matrícula 384.190-1-01, do exercício de suas atribuições funcionais de representação judicial e consultoria jurídica do Estado junto à Procuradoria Especial em Brasília.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos de 01/07/2022.

ALISSON DE BOM DE SOUZA

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 98/2022

07.07.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, e conforme o disposto no art. 30 do Anexo I do Decreto nº 1.485, de 7 de fevereiro de 2018,

RESOLVE: Art. 1º Ficam designados para atuar no Núcleo de Apoio ao Gabinete do Procurador-Geral do Estado (NAG), os seguintes Procuradores:

I - Daniel Cardoso;

II - João Carlos Castanheira Pedroza;

III - Lígia Janke; e

IV - Weber Luiz de Oliveira.

Parágrafo único. Ficam cessados os efeitos das designações anteriores ao início de vigência desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos de

01/07/2022.

ALISSON DE BOM DE SOUZA

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 99/2022

08.07.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições conferidas pelo inciso II, alínea “a”, item 3, do art. 4º do Decreto Estadual nº 1.860, de 18 de abril de 2022, e considerando o que consta nos autos do processo nº PGE 00003994/2022,

RESOLVE: Art. 1º Ficam designados para compor a Comissão do Concurso Público para Ingresso de Servidores na Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina:

I – Como membros Titulares:

a) Ederson Pires, matrícula nº 0319682-8-01;

b) Aline Cleusa de Souza, matrícula nº 0322992-0-02; e

c) João Marcos Mouzartt Francisco, matrícula nº 0960122-8-02.

II – Como membros Suplentes:

a) Andréia Cristina da Silva Ramos, matrícula nº 0384188-0-01; e

b) Daniel Cardoso, matrícula nº 0953301-0-01; Art. 2º Fica designado o servidor João Marcos Mouzartt Francisco, matrícula nº 0960122-8-02, para atuar como Secretário da Comissão.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALISSON DE BOM DE SOUZA

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 100/2022

08.07.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pela alínea c do inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.860, de 13 de abril de 2022, e de acordo com o que consta dos autos PGE 5003/2022,

RESOLVE: Art. 1º DESIGNAR a servidora JANICE VIEIRA MACEDO, matrícula nº 0393644-9-01, para responder pela função gratificada de COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA, nível FG-2, da PGE, em substituição a titular, ROSANA AVI DE ARAUJO, matrícula nº 0958210-0-01, durante o usufruto de férias, no período de 11/07/2022 a 25/07/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALISSON DE BOM DE SOUZA

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 101/2022

13.07.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pela alínea c do inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.860, de 13 de abril de

2022, e de acordo com o que consta dos autos PGE 5079/2022,

RESOLVE: Art. 1º DESIGNAR o Procurador do Estado ANDRÉ FILIPE SABETZKI BOEING, matrícula nº 616.833-7-01, para responder pela função gratificada de PROCURADOR-CHEFE DA CONSULTORIA JURÍDICA, nível FG-2, da PGE, em substituição à titular, ALINE CLEUSA DE SOUZA, matrícula nº 322.992-0-02, durante o usufruto de férias, no período de 20/07/2022 a 29/07/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALISSON DE BOM DE SOUZA

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 102/2022

21.07.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições e, em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Instrução Normativa SEA nº 11/2019,

RESOLVE: Art. 1º Fica designado Marcos Rafael Bristot de Faria, matrícula nº 0365918-6-01, para atuar como Fiscal Titular do Contrato nº 014/2018, em substituição à Jéssica Campos Savi, designada por meio da Portaria GAB/PGE 059/2021, de 13/7/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALISSON DE BOM DE SOUZA

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 103/2022

20.07.2022

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pela alínea c do inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.860, de 13 de abril de 2022, e de acordo com o que consta dos autos PGE 5227/2022,

RESOLVE: Art. 1º DESIGNAR a Procuradora do Estado DANIELA SIEBERICHES LEAL, matrícula nº 950.307-2-01, para responder pela função gratificada de CHEFE DE NÚCLEO ESPECIALIZADO, nível FG-2, da PGE, em substituição ao titular, FELIPE BARRETO DE MELO, matrícula nº 953.075-4-01, durante o usufruto de férias, no período de 18/07/2022 a 29/07/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALISSON DE BOM DE SOUZA

Procurador-Geral do Estado

PARECERES

PARECER Nº 280/2022

Referência: SCC 10438/2022

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei n. 034/2022

Origem: Casa Civil (CC)

Interessado: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Autor: Francisco Guilherme Laske

Ementa: Projeto de Lei n. 034/2022, da iniciativa do Parlamento Estadual, que “Institui a Rota Cênica Caminhos de Santa Bárbara”. Conformação à legislação hierarquicamente superior de regência. Parecer pela aprovação.

PARECER Nº 281/2022

Referência: COHAB 944/2019

Assunto: Doação de imóvel pela COHAB/SC em ano eleitoral

Origem: Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB/SC)

Autor: André Filipe Sabetzki Boeing

Ementa: Condutas vedadas aos agentes públicos em ano eleitoral. Análise de anteprojeto de lei. Doação de imóvel da COHAB a seus atuais ocupantes ou a municípios. Impossibilidade. Incidência da conduta vedada prevista no § 10 do art. 73 da Lei nº 9.504/1997 na doação aos ocupantes. Aplicação da conduta vedada prevista no art. 73, VI, “a”, da Lei das Eleições na doação aos municípios.

PARECER Nº 288/2022

Referência: PGE 4658/2022

Assunto: 2º Termo aditivo ao Contrato nº 009/2020-PGE.

Origem: Diretoria de Administração da Procuradoria-Geral do Estado (DIAD/PGE).

Interessadas: Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina e Cyclo-X Soluções em TI Ltda.

Autor: Francisco Guilherme Laske

Ementa: Administrativo. Contrato. Minuta do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2020, derivado do Pregão Eletrônico nº 0038/2020-SEA, para a prorrogação do prazo de vigência do ajuste entabulado entre o Estado de Santa Catarina, pela sua Procuradoria-Geral e demais Órgãos do Poder Executivo, e a empresa Cyclo-X Soluções em TI Ltda. Análise jurídica (Lei nº 8666/93, art. 38, VI). Regularidade material e formal da Minuta.

PARECER Nº 289/2022

Referência: PGE 43/2021

Assunto: Pagamento retroativo de valores a servidor público à título de Abono de Permanência

Origem: Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Interessado: Auro Saturno Madureira

Autor: Francisco Guilherme Laske

Ementa: Administrativo. Servidor Público. Requerimento para pagamento retroativo de vantagem remuneratória implantada em folha de pagamento a destempo pela Administração, considerada a data de implementação dos requisitos ensejadores do estípe adiamento. Pleito que merece guarida na medida da inoccorrência de causa extintiva do Direito e da existência de dotação específica consignada no orçamento do Órgão Pagador.

PARECER Nº 290/2022

Referência: SCC 11530/2022

Assunto: Pedido de Diligência ao Projeto de Lei nº 0167.1/2022

Origem: Casa Civil (CC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Autor: Eduardo Melo Cavalcanti Silva

Ementa: Pedido de diligência. Projeto de Lei nº 0167.1/2022, que “Dispõe sobre a remoção de agente de segurança pública durante o período de aleitamento materno, no âmbito do Estado de Santa Catarina”. Competência concorrente dos entes federados para legislar sobre proteção e defesa da saúde (art. 24, XII, da CF/88 e art. 10, XII, da CE/SC). Interferência em importante política pública de saúde, imiscuindo-se em temática que deve ser gestada no âmbito da Secretaria de Estado. Ingerência na direção, organização e funcionamento do Poder Executivo. Criação de atribuições à Secretaria de Estado. Violação aos artigos 2º, 61, §1º, II, “e” e 84, II e VI, “a” da CF/88 e artigos 32, 50, §2º, VI e 71, I e IV, “a” da CE/SC. Princípio da separação dos poderes. Vício de iniciativa. Inconstitucionalidade formal subjetiva.

PARECER Nº 291/2022

Referência: SCC 11678/2022

Assunto: Autógrafo de Projeto de Lei n. 0041/2022, aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que “Institui a Rota Turística Religiosa Caminho do Louvor, no Estado de Santa Catarina”.

Origem: Casa Civil (CC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

Autor: Eduardo Melo Cavalcanti Silva

Ementa: Autógrafo do Projeto de Lei n. 041/2022, que “Institui a Rota Turística Religiosa Caminho do Louvor, no Estado de Santa Catarina”. Iniciativa parlamentar. Turismo. Ordem econômica. Intervenção indireta do Estado. Fomento. Constitucionalidade formal e material. Compatibilidade com a Constituição Federal e com a Constituição Estadual. Ausência de vícios de inconstitucionalidade e de ilegalidade.

PARECER Nº 295/2022

Referência: PGE 4802/2022.

Assunto: Inexigibilidade de licitação. Atualização de licenças de uso de programa de computação.

Origem: Procuradoria-Geral do Estado(PGE).

Interessado: BSP Informática Ltda.

Autor: Silvio Varela Junior

Ementa: Direito Administrativo. Procedimento licitatório. Aquisição de atualização de licenças de uso de programa de computação. Fornecedor exclusivo. Inviabilidade de competição. Inexigibilidade de licitação. Art. 25, da Lei nº 8.666/1993.

PARECER Nº 297/2022

Referência: PGE 4362/2022.

Assunto: Contratação de serviço de sistema de atendimento multicanal.

Origem: Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Interessado: RCX Network – Serviços de Informática Ltda.

Autor: Silvio Varela Junior

Ementa: Direito Administrativo. Procedimento licitatório. Prestação de serviço de atendimento multicanal de suporte em informática. Seleção de empresa que apresentou proposta de menor valor. Preço inferior ao limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 8.666/1993. Contratação direta na modalidade de dispensa de licitação. Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

PARECER Nº 298/2022

Referência: IPREV 1130/2020.

Assunto: Pagamento retroativo de valores devidos a servidor público a título de abono de permanência.

Origem: Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Interessado: José Giovenardi.

Autor: Francisco Guilherme Laske

Ementa: Administrativo. Servidor Público. Requerimento para pagamento retroativo de vantagem remuneratória (abono de permanência) implantada em folha de pagamento a destempo pela Administração, considerada a implementação dos requisitos ensejadores do estipendia-mento em 05/11/2021 (despesa de exercício anterior). Pleito que merece guarida na medida da inoccorrência de causa extintiva do Direito e da existência de dotação específica consignada no orçamento do Órgão Pagador.

PARECER Nº 299/2022

Referência: PGE 1650/2022.

Assunto: Minuta de Edital de Pregão Eletrônico. Aquisição de mobiliário para a Procuradoria-Geral do Estado.

Origem: Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Autora: Letícia Arantes Silva

PARECERES

Ementa: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Pregão Eletrônico para aquisição de mobiliário. Análise restrita das alterações promovidas na minuta de Edital apresentada. Legalidade. Viabilidade jurídica do prosseguimento do certame.

PARECER Nº 306/2022

Referência: SCC 12197/2022

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei n. 0360.0/2021

Origem: Casa Civil (CC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

Autor: Francisco Guilherme Laske

Ementa: Autógrafo. Projeto de Lei n. 0360.0/2021, que “ Acrescenta dispositivo à Lei n. 17.491, de 2018, que ‘Institui a política de gestão de pássaros nativos da fauna brasileira e exótica no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências’, para conceituar e inserir a classe de aves Pssitaciformes.” Constitucionalidade material e formal da proposição legislativa.

PARECER Nº 307/2022

Referência: SCC 12081/2022

Assunto: Pedido de Diligência ao Projeto de Lei n.0242.6/2022

Origem: Casa Civil (CC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

Autor: Francisco Guilherme Laske

Ementa: Autógrafo. Projeto de Lei nº 0242.6/2022, que “Altera o art. 1º da Lei nº 18.354, de 2022, que ‘Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social na rede pública estadual de educação básica’, para prever a contratação de profissionais com especialização na área de psicopedagogia.” Inconstitucionalidade frente aos arts. 32, 50, § 2º, inc. II e VI e 71, inc. IV, alínea “a”, da Constituição Estadual.

PARECER Nº 308/2022

Referência: SCC 12079/2022

Assunto: Pedido de Diligência ao Projeto de Lei n. 0163.8/2022

Origem: Casa Civil (CC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

Autor: Francisco Guilherme Laske

Ementa: Pedido de diligência. Projeto de Lei n. 0163.8/2022, que “Estabelece diretrizes para o atendimento preferencial da contabilidade no âmbito das repartições públicas no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.”. Inconstitucionalidade da proposição. Ofensa ao primado constitucional da igualdade.

PARECER Nº 309/2022

Referência: SCC 12198/2022

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei Complementar nº 176/2020.

Origem: Casa Civil (CC)

Interessado: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

Autor: Eduardo Melo Cavalcanti Silva

Ementa: Autógrafo do Projeto de Lei nº 176/2020, de iniciativa parlamentar, que “Dispõe sobre a proibição da captura e da comercialização do caranguejo-uçá (Ucides cordatus), no âmbito do Estado de Santa Catarina”. Competência concorrente dos entes federados para legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição (art. 24, inciso VI, da CF/88 e art. 10, inciso VI, da CE/SC). Dever do Estado de defender e preservar o meio ambiente (art. 225, da CF/88 e art. 181 da CE/SC). Vedação às práticas que submetam os animais à crueldade (art. 225, §1º, VII da CF/88 e artigo 182, incisos I, III e VI, da CE/SC). Projeto em consonância com o regime constitucional e legal acerca da matéria. Inexistência de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Ausência de vícios de inconstitucionalidade e de ilegalidade.